

cultura e desenvolvimento: interpelação mūtua

- artigo
- JL

Fundação Cuidar o Futuro



27 de Abril 82

MARIA DE LOURDES PINTASILGO

PRIMEIRA MINISTRA

Fundação Cuidar o Futuro

P. P. I.

RECORTES CLASSIFICADOS

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, LDA.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telefone 36 69 12

IMPRENSA DIÁRIA

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		O COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
O DIA		A CAPITAL	
O DIÁRIO		A TARDE	
A TRIBUNA		3 L	27. ABR. 1982
O PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		O COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
O DIA		A CAPITAL	
O DIÁRIO		A TARDE	
A TRIBUNA		J. L.	27. ABR. 1982
O PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

Perante as carências de milhões e milhões de seres humanos, torna-se necessária uma nova concepção das relações entre a cultura, a ciência, a tecnologia e a informação — defende a autora, especialista da matéria, embaixadora de Portugal na Unesco durante alguns anos e primeiro-ministro do V Governo Constitucional

Cultura e desenvolvimento: interpelação mútua

Maria de Lurdes Pintasilgo

Será possível dizer que a situação no mundo melhorou desde que em Junho de 1974 a Assembleia extraordinária da ONU votou maciçamente a Declaração sobre a necessidade e as condições de uma Nova Ordem Económica Internacional? Não me parece. Cavam-se as desigualdades, institucionalizam-se formas recentes de exploração, deslocam-se para uma noção abstracta de «crise» as carências concretas e vitais de milhões e milhões de seres humanos (400 milhões de desempregados, 1 bilião de analfabetos, 1 bilião de subalimentados).

Faz-se então apelo aos valores culturais. Invoca-se a cultura como bem supremo e horizonte último de toda a ordem social.

Fala-se mesmo, em alguns círculos, de «uma nova ordem cultural». No entanto, apesar de serem mencionados com uma reverência mítica, esses valores estão longe de se traduzirem em termos operacionais e a uma escala perceptível na condução dos projectos políticos e das negociações entre Estados. São, na melhor das hipóteses, encarados como uma meta, entre outras, do desenvolvimento. Como se a tal se pudesse reduzir a relação entre a cultura e o desenvolvimento!

Com efeito, as «componentes culturais» do desenvolvimento não são simples factores que, de fora, pretendem humanizá-lo. A «dimensão cultural» do desenvolvimento não é o lado «artes e letras» de um desenvolvimento ressentido, na sua globalidade, como nivelador e alienante dos modos de ser e de viver de todo um povo. A «matriz cultural» do desenvolvimento não é uma nova versão do modelo cultural tradicional a querer substituir o modelo economicista, monetarista ou mesmo tecnocrático e de aparência politicamente «neutra».

Não. Falar em «fundamentos culturais do desenvolvimento» é outra coisa. Refere-se a uma outra percepção quer dos processos sociopolíticos de cada sociedade quer dos equilíbrios que entre os diferentes povos se estabelecem. De facto, são já hoje numerosos, pelo mundo fora, os investigadores e os responsáveis políticos que se mostram conscientes de que tanto o desenvolvimento de cada país como a Nova Ordem Económica Internacional não conseguirão ultrapassar a fase de logro institucionalizado em que se encontram, se não passarem a ser pensados e reformulados a partir de outras coordenadas.

Quando falo em novas coordenadas não estou de modo algum a pensar numa deslocação da reflexão, dos instrumentos de investigação ou das prioridades de acção, do campo da tecnologia e da economia para o campo das humanidades, do património cultural, dos valores culturais. Falar em novas coordenadas significa para mim tornar a cultura capaz de incorporar, de forma dinâmica, o adquirido da tecnologia, o modo de conhecimento que ela implica e as formas de comunicação que ela gera.

Na verdade, enquanto o indivíduo se submete às mil e uma exigências da racionalidade técnica e da relação informacional, sem qualquer controlo, directo ou indirecto, sobre os mecanismos que as tornam possíveis permanecerá culturalmente à margem da história. Num tempo em que as relações entre as pessoas, os grupos e as nações são cada vez mais mediatizados pelas conquistas da ciência e pelos produtos e modelos da era tecnológica, só uma nova percepção das relações entre a cultura, a ciência, as tecnologias e a informação nos permitiria pensar o desenvolvimento de forma realista.

Contra uma perspectiva arqueologizante

Face a uma civilização esfacelada pelo seu próprio poder científico, a questão já não é a de limitar esse poder mas a de pensar uma cultura capaz de conceptualmente o conter e de politicamente o controlar.

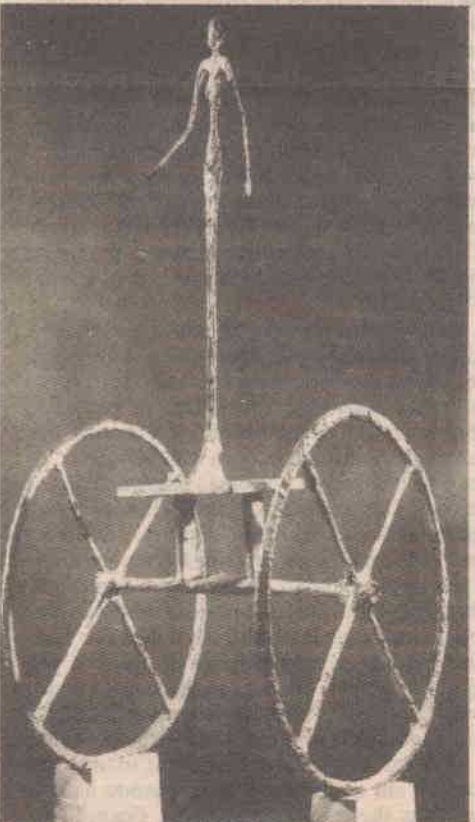
Para tanto, a cultura não pode continuar a ser pensada de forma sectorial. Enquanto a tomada de decisão política sectorializar a cultura, reduzindo-a à gestão dos bens culturais, e a tornar subsidiária das escolhas tecnológicas, considerando estas apenas como meras exigências do processo económico, todo e qualquer projecto de futuro permanecerá incapaz de dar resposta adequada aos indivíduos, aos grupos e às relações entre eles na cidade.

Não se trata, assim, unicamente, de pensar um outro tipo de desenvolvimento. Trata-se, também de pensar uma outra cultura. Essa cultura terá de ser pensada como parte de uma realidade sistémica, i.e., integrando componentes diversificadas, igualmente importantes e solidárias entre si. Só nessa percepção global cultural e, em particular de cada povo, pode ter uma tradução adequada. Só assim se pode compreender como, na sua diversidade, os elementos que constituem a cultura de um povo formam sistema, agem uns sobre os outros e continuamente estabelecem novas configurações e novos equilíbrios.

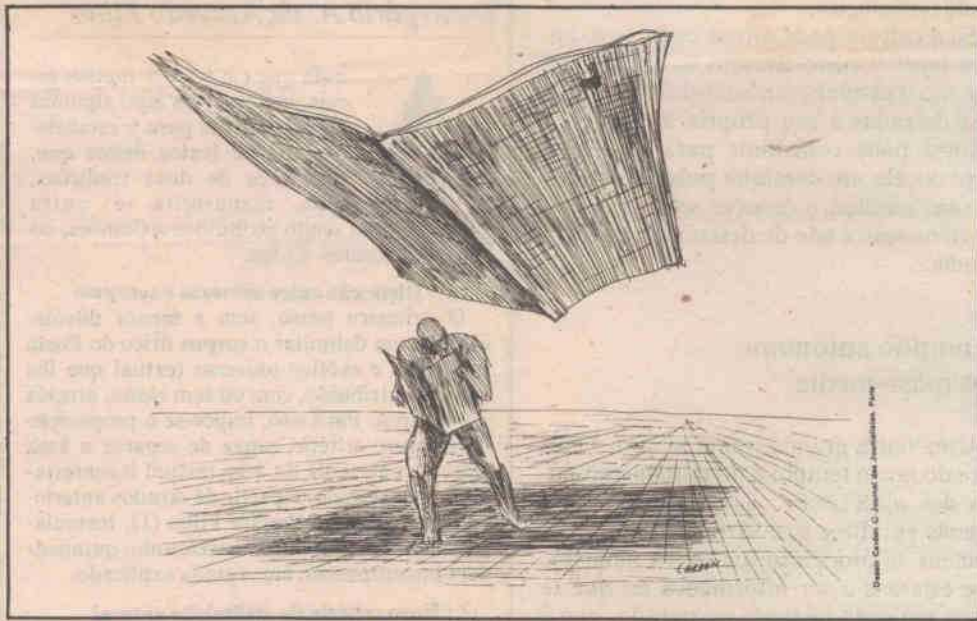
A expressão «desenvolvimento endógeno» foi muitas vezes codificada em termos quase exclusivos de preservação cultural, de reserva intocável de valores e tradições. Tal codificação não tem cessado de ser denunciada porque supõe um isolamento impensável do mundo de hoje, e porque se alimenta de um conceito mítico: o da existência de um «paraíso perdido da cultura primordial».

Abandonada essa perspectiva arqueologizante, a noção de desenvolvimento endógeno é, hoje, formulada, cada vez com mais clareza, como o processo pelo qual qualquer sociedade se auto-organiza, se auto-educa e se confere os seus objectivos próprios. Cultura e desenvolvimento passam assim a interpelar-se mutuamente, não em momentos isolados, mas ao longo de todo esse processo.

Com efeito, o processo de autogestão da sociedade requer uma contínua inte-



Poderá a cultura incorporar o modo de conhecimento técnico?



Vemos os factos ou a sua sombra projectada pelos mass-media?

racção e reiteração entre o adquirido já consolidado e o novo em vias de ser enxertado no corpo social. Fáci seria endeusar um dos termos do processo, com exclusão do outro, regressando à velha dicotomia entre tradição e modernidade. Não é disso que se trata. Referir este duplo movimento é invocar uma das maiores exigências da cultura: a sua capacidade de contínua autoprodução. São os novos valores culturais que dão ao desenvolvimento o seu dinamismo de abertura ao futuro.

A questão do ambiente e suas implicações

A planetarização dos fenómenos nascidos da civilização dos últimos 200 anos e cuja ideologia dominante é o industrialismo permite identificar certos elementos comuns ao processo de desenvolvimento de todos os povos. Constituem esses elementos outros santos desafios postos ao sistema cultural.

Assim, não pode pensar-se a cultura contemporânea independentemente da questão do ambiente e das suas implicações no quotidiano vivido por todos nós. Ninguém ousa já imaginar quadros ideais de vida como se algures houvesse um paraíso em que todo o planeta pudesse de repente renascer. O ambiente que o homem cria — a rede de transportes, as torres de habitação, as zonas de produção industrial — só pode ser «recapturada» pela cultura. Se a cidade faz o homem — e disso ninguém hoje tem dúvidas — também o homem faz a cidade, através dos actos culturais que nela diariamente inscreve.

Perante os problemas postos tanto pelo controlo dos recursos naturais como pela integração dos valores estéticos na planificação do ambiente, urge «culturalizar» a relação do homem com a natureza. A natureza deixa então de ser vista como matéria bruta que o homem domina e põe ao seu serviço. Já não é escrava do homem. A natureza «culturalizada», trabalhada por séculos e milénios de cultura, já não é só «meio» ambiente: é parte do homem, do seu diálogo de comunhão com o cosmos. Mais do que equilíbrio natural que o homem rompeu há muito tempo, o ambiente é quadro de vida, criado por cada homem e por cada povo. As chamadas «implantações humanas» não são unicamente lugar de interesse científico para a antropologia. São matéria viva da cultura. O habitat, sendo obra dos homens, torna-se por sua vez um subsistema autónomo em que tomam forma novas condições de vida. Os novos equilíbrios de decisão e de partilha à escala mundial passam pela interpretação cultural do quadro de vida das populações, grupos e nações.

A tecnologia e a estruturação do social

Em segundo lugar, a cultura do nosso tempo tem de encontrar uma nova relação com o modo de conhecimento presente na tecnologia. Sem a reflexão que permita enquadrar o «logos» técnico no conhecimento e na cultura, esta pode considerar-se como incapaz, à partida, de fazer face às questões-cheve da civilização em que vivemos.

Na verdade, a tecnologia tornou-se um elemento do processo de estruturação social. O que significa que ela se impõe, a todos os que são supostos utilizá-la e orientá-la, como um imperativo cognitivo e como uma necessidade instrumental. Por ela passam os gestos quotidianos — individuais e colectivos — e por ela passam mesmo as formas mais simples de informação e organização do pensamento.

Ora, através desse processo, o homem individual tornou-se mais isolado, menos capaz de percepção global. Tal como as massas, o homem individual não actua profundamente sobre a técnica, antes é actuado por ela. Os efeitos do conhecimento em progressão crescente e das tecnologias a que dá lugar ultrapassaram de longe as capacidades humanas de adaptação. Mesmo quando as tecnologias são publicitadas como tornando a vida quotidiana mais fácil, fazem apelo, na realidade, a uma série de operações mentais e a um armazenamento de informações jamais igualados na história. Não é, por isso, de estranhar que a civilização baseada na velocidade de operações programadas do computador faça levantar-se, nos indivíduos e nas massas, um imenso muro de autodefesa: passividade, isolamento, conformismo, resistência às formas desconhecidas e, logo, à mudança.

As consequências da tecnologia forçam a cultura a auto-organizar-se, a repensar-se ao nível das imagens e das representações, ao nível da intervenção histórica e da transformação social, ao nível dos valores que dão a plena dimensão ao humano.

Só a cultura pode, legitimamente e no lugar próprio, denunciar as práticas de opressão e de dominação geradas pelas escolhas da tecnologia, na sua lógica intrínseca de poder expansionista. Tal denúncia abarca uma imensa gama de situações: vai das grandes opções que tornam os Estados cada vez mais realidades entrópicas, até à multiplicação dos modelos reduzidos e operacionais que se enxertam no sistema nervoso do indivíduo e dos povos.

Só a cultura pode fazer face ao esquema de mimetismo subjacente a todos os comportamentos humanos e tocar, na raiz, os problemas do que se chama, eufemisticamente, de «transferências tecnológicas» e que não são mais do que operações mercantis de simples compra e venda de tecnologias.

Só a cultura pode tornar cada povo apto a fazer o curto-circuito das operações que são o caminho inelutável das tecnologias deixadas à sua própria lógica. Só a cultura pode contribuir para que cada povo encete um caminho próprio em que as suas escolhas e decisões sejam uma via de afirmação e não de destruição e dependência.

O mundo autónomo dos mass-media

Uma outra grande frente se abre à cultura do nosso tempo: a do mundo autónomo dos mass-media. A questão não está apenas em dizer que as relações entre os homens se processam de outra maneira, que estamos a ser informados do que se passa em cada instante no mundo, que é necessária uma informação objectiva e de qualidade, etc... Não. Trata-se de uma realidade muito mais séria: com os mass-media um novo actor entrou maciçamente em cena na história planetária e na história de cada povo. Esse novo actor tem individualidade própria e como tal tem de ser encarado.

Enquanto produtores de sinais e de informação os mass-media não se limitam a acrescentar quantitativamente novos conhecimentos acessíveis a todos. Mudam a própria natureza do universo mental do receptor. Por isso deles se diz que «com os mass-media pôs-se em marcha uma máquina de pensar do género humano»... E isto não por qualquer fantasma apocalíptico mas porque é evidente, pela simples observação quotidiana, que os mass-media «formulam programas mentais» que o indivíduo não procurou e veiculam, assim, modelos, de sociedade, estilos de vida, aspirações e desejos.

Os mass-media impõem-se à identidade cultural preexistente: tanto se lhe opõem de forma brutal como vão desgastando os seus fundamentos psicosociológicos. Por isso, com a civilização dos mass-media o próprio conceito de desenvolvimento endógeno é posto em questão: a sociedade perde a capacidade de se produzir a si própria a partir das forças que, de dentro, a animam.

O problema tem, assim, um forte coeficiente político que nenhuma intenção moralizante sobre o comportamento dos profissionais da informação pode iludir. Quando se vive num tempo em que se chega a comparar o impacte produzido pelos mass-media ao impacte de uma «força de ocupação» e se põe a questão de saber se o sistema cultural pode permanecer livre face a essa força, está-se já no terreno especificamente político das condições de exercício das liberdades e garantias fundamentais. Não oferece, por isso, qualquer dúvida para mim o que desde há alguns anos tenho afirmado: se no fim do século XIX foi necessário baliar o poder económico através de novas formas de controlo do poder económico pelo poder político, neste fim do século XX uma das tarefas mais urgentes é a da formulação adequada das realações entre o poder dos mass-media e o conjunto do sistema cultural de cada entidade nacional ou regional. Então — e só então — teremos começado com realismo a abordagem das condições para uma nova ordem planetária. ■

Este texto segue, no essencial, a alocução pronunciada pela autora, na sessão de abertura do Colóquio sobre os «Fundamentos Culturais da Nova Ordem Económica Internacional» que se realizou recentemente em Avignon, e que reuniu cerca de 150 personalidades da África, da Europa e do Mundo Árabe.